

Coluna do Castello

Sarney entre a teoria e a prática

O discurso do Presidente José Sarney foi louvado na forma e no fundo. No fundo por representar uma síntese amadurecida das posições e atitudes de Governo anunciadas em outras oportunidades mas agora consolidadas numa visão unificada, que reitera o compromisso da Aliança Democrática com a nação. Mas foi criticado sobretudo por não traduzir idéias e atitudes em dados concretos indicativos das medidas com que espera alcançar os objetivos definidos e reiterados.

O presidente do PDS, Senador Amaral Peixoto, foi seu principal crítico, por considerar o discurso "superficial, utópico e obscuro". Superficial por não se estender sobre a reforma agrária, clarificando o projeto do Governo e fazendo com que a questão retorne ao período crítico de 1963, quando se tornou foco de conflitos sem que se encaminhassem soluções adequadas. Utópico, por não crer o Senador que o Governo possa promover uma redução de gastos da ordem de 60 trilhões. E finalmente obscuro na definição do pacto nacional.

A resposta às críticas será a tarefa do Governo, enfrentando objetivamente os problemas segundo a linha doutrinária exposta pelo Presidente da República. A reforma agrária, na verdade, continua a ser uma fonte de conflitos, decorrentes possivelmente de uma terminologia provocativa adotada no projeto do Ministro Néelson Ribeiro, agravada pelo episódio de Londrina. O Presidente insiste em fazê-la, mas seu Ministro, se não o mata do coração, não o está ajudando a efetivar a mão estendida à Igreja que reluz no discurso de segunda-feira.

A negociação da dívida externa não terá facilidades, como deixam entrever os primeiros negociadores que voltam dos Estados Unidos. Há uma efetiva resistência norte-americana a introduzir o "patamar político" na negociação financeira, e a compatibilização das taxas de desenvolvimento (5 e 6%) com a exigência de cortes mais duros nos investimentos parece dificilmente praticável. Os banqueiros ainda não são sensíveis a razões políticas, ainda que precedidas da afirmação do Presidente Sarney de que não situará a negociação da dívida como fator de agravamento do conflito Leste-Oeste (irrecusável resposta à iniciativa de Fidel Castro).

O item da liberdade que terá o seu desfecho na elaboração de uma nova Constituição está indo bem nas medidas adotadas, mas encontrou seu primeiro obstáculo no abandono pelo Presidente Sarney da iniciativa de Tancredo Neves de ordenar a elaboração do novo texto na base de um anteprojeto cuja elaboração confiaria à competência de uma comissão a ser presidida pelo professor Afonso Arinos. O Presidente Sarney desviou-se da rota, submetendo-se a pressões de transparência revolucionária que tenderão a inviabilizar a eficácia de um reordenamento político-institucional. A esta altura, dificilmente o professor Afonso Arinos aceitaria a incumbência de presidir um grupo de cinquenta cidadãos, de qualificação diversa, para fazer estudos e oferecer sugestões. Isso não é uma coisa séria.

De qualquer forma, registre-se o saldo positivo já conseguido pelo Presidente nos primeiros meses, com a adoção de medidas liberais no plano político, com a quebra do ímpeto inflacionário e com soluções sobre política salarial e sobre pagamento das prestações de casa própria, considerados corretos. Ele promete agora reduzir os juros, aspiração do empresariado e condição da expansão dos negócios, estimular a atividade econômica privada e dar à ação do Estado mais peso social do que econômico. Essas são medidas que nos próximos meses dirão da adequação do discurso à prática do Governo.